



Início

GEOGERAL

GEOBRASIL

GEPOLÍTICA

GABARITOS

Posts Variados

Sobre o autor

Conceitos-chave e categorias na Geografia e sua interdisciplinaridade nas Relações Internacionais

Por Marcos Bau Brandão



Introdução

A produção do espaço estudada pela geografia é fruto da atividade do homem no decorrer de processos históricos, no qual esse espaço se compõe estruturalmente numa diversidade de formas e conteúdos diversos que se sobrepõem e dependem de um movimento constante, o da produção, comandado pela divisão do trabalho. Cabe à geografia essa análise da transformação da natureza decorrente do produto humano em relações historicamente determinadas. A análise aqui proposta versará em cima da definição dos conceitos geográficos, a partir da base de renomados geógrafos.

Conforme Corrêa (2011, p. 16), “como ciência social a geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território”.

Decorrentes da interligação e discussão de tais conceitos-chave podemos citar algumas categorias como: escala, rede, espacialidade, territorialidade e regionalização.

Adiante veremos algumas análises dentro da ciência geográfica para um melhor entendimento e percepção da interconectividade entre conceitos e categorias .

Espaço ou Espaço Geográfico

O espaço (geográfico tido como o mais abrangente) é o resultado de diferentes temporalidades e a complexidade analítica desse objeto da geografia aumenta proporcionalmente à quantidade de relações entre fenômenos existentes nesse espaço. As conexões espaciais são mediadas e determinadas em períodos e compõem essa dificuldade do entendimento espacial enquanto forma/conteúdo que para Serpa (2007, p. 15) é a um só tempo produto/processo indissociável e dialeticamente autocondicionante, auto-referente e historicamente determinado. Isso se faz devido ao nascimento de novas funções no decorrer dos processos temporais que rebatem em transformações espaciais, aumentando e complexificando cada vez mais o entendimento dos fenômenos na sua totalidade.

Corrêa (2011) admite que a expressão espaço geográfico ou simplesmente espaço é vaga e Santos (2002, p. 150) completa tal assertiva informando que “uma casa é espaço, como uma cidade também o é. Há o espaço de uma nação – sinônimo de território, de Estado; há o espaço terrestre, da velha definição da geografia, como crosta do nosso planeta; e há, igualmente, o espaço extraterrestre [...], e, até mesmo espaço sideral [...] O espaço que nos interessa é o espaço humano ou espaço social que contém ou é contido por todos esses múltiplos do espaço.”

Portanto, “o espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares” (SANTOS, 2002, p. 153).

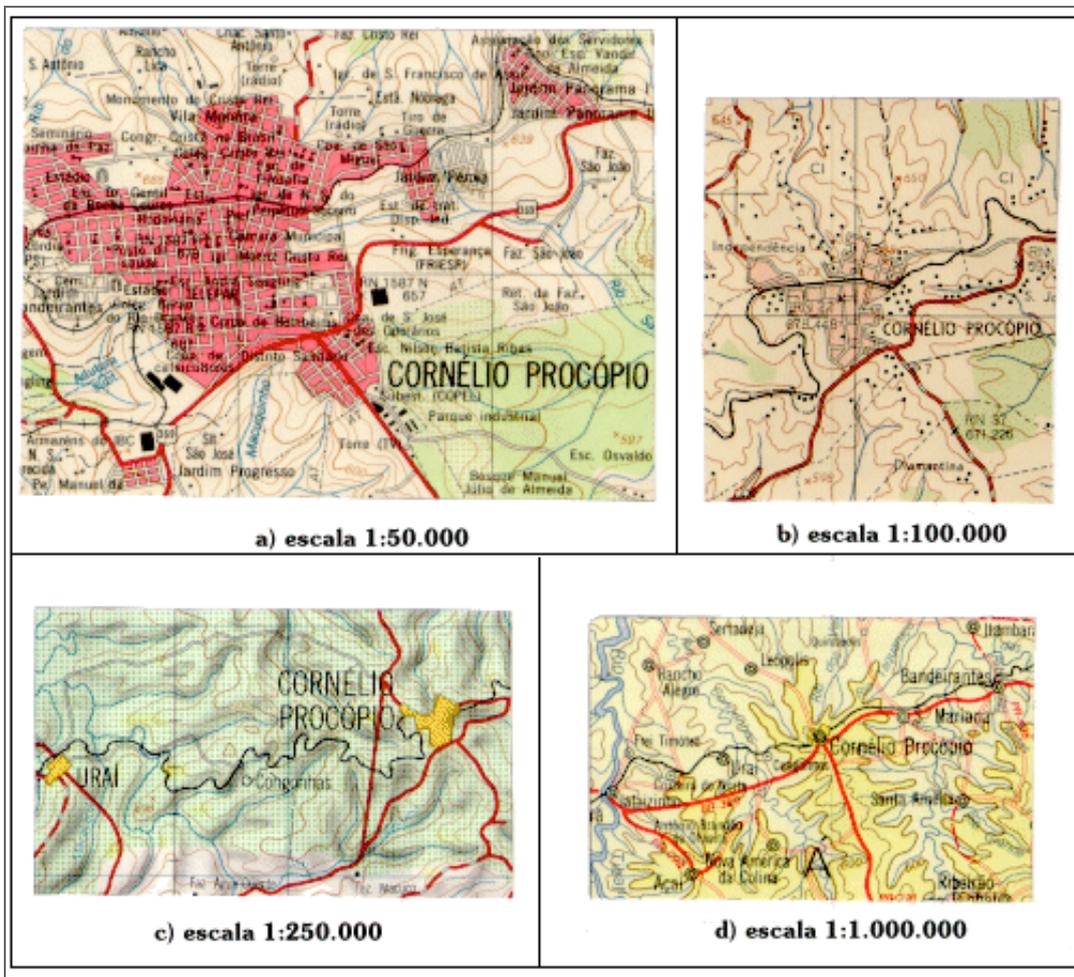
A compreensão da organização espacial e sua evolução so é possível junto à interpretação da

dialética entre forma, função estrutura e processo. Forma é o aspecto visível da coisa; função sugere a atividade esperada de uma forma; estrutura implica a interrelação de todas as partes de um todo e processo é a ação contínua. Enfim, “forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem a base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade” (SANTOS, 1985, cap. 4).

Escala

Uma proposta de entendimento da totalidade tem por base criteriosa compartimentar a escala de espaço total (mundo, blocos regionais), para a escala de subespaço, ou melhor, uma fração desse espaço total (países, redes intrarregionais), por concordar com Castro quando afirma que, na realidade, todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise mais apropriada. A escala é também uma medida, mas não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo (2011, p. 127).

Essa questão da dimensão, juntamente com a idéia de região como parte da totalidade, remete-nos à noção de escala (LENCIONI, 2003) e liga-se a Lacoste (2008), ao pensar em uma escolha da melhor escala para um determinado estudo (local, regional, nacional ou global), sua produção e reprodução espacial, e também seu entorno.



Mesmo na amostragem mais simples, a escala geográfica dá a noção da dimensão do estudo e a partir daí, do fenômeno. Fonte: IBGE.

Faz-se necessário citar Abreu (2003) por melhor analisar e explicar a relação espaço/tempo associada ao uso da melhor escala. Esse geógrafo explica que “não basta, entretanto, trabalhar com as escalas espaciais; há que se dar igual atenção à dimensão temporal. No que diz respeito às formas, já sabemos que devemos considerar as cidades como acumulações de tempo. Mas isso não basta. É preciso também que reconhecamos que os processos sociais que ocorrem no presente das cidades, e que dão sentido às formas que ali estão, precisam – eles também – ser inseridos em múltiplas escalas temporais [...] E estes [os processos sociais], por sua vez, só podem ser corretamente compreendidos quando relacionados com as escalas espaciais. Isto porque o que nos interessa é o tempo social, e este só faz sentido quando relacionado ao espaço (ABREU, 2003, p. 97).

Região

No caso de estudo dos blocos de países em escala regional, fatalmente levará em consideração a importância da escala local, assim como da sua influência para uma maior dimensão (escala global), pois seguindo Lencioni (2003, p. 27 e 28), “o conceito de região está vinculado à idéia

de parte de um todo. Nesse sentido, conduz diretamente à idéia de divisão e à questão da dimensão das partes. Mas, cada parte é igualmente parte de um todo, mas também se constitui numa totalidade. Essa possibilidade de ser, ao mesmo tempo, parte e todo só pode ser compreendida se tomarmos a concepção dialética da totalidade; considerando-a como uma totalidade aberta e em movimento.”

Nesse caso, a parte do todo, o espaço regional é descrito como um conjunto de unidades de área, os países, ligados à organização espacial (estrutura territorial), como escrito em Corrêa na obra *Trajetórias Geográficas* (1997) e Santos com as categorias: forma, função, estrutura e processo. Nos baseando no pensamento do geógrafo Roberto Lobato Corrêa, no que diz respeito à região, em outra publicação sua de nome *Região e Organização Espacial* (1987, p. 42) encontra-se outra colaboração muito importante permitindo que “se considere as diferenciações resultantes da presença de fenômenos originados em tempos históricos diferentes coexistindo no tempo presente...”. Enfim, toma-se o conceito de região em Haesbaert (2005, p. 25) quando a define como “um espaço (não-institucionalizado como Estado-nação) de identidade cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução”.

Pode-se tentar limitar a área de influência de uma região, mas por mais que ela esteja interconectada em uma rede simples, será uma tarefa muito difícil, porque basta que em um período qualquer dentro do recorte proposto, algum ponto dessa rede simples se conecte com outra rede qualquer, que a região tenderá a aumentar sua espacialidade e sua complexidade.



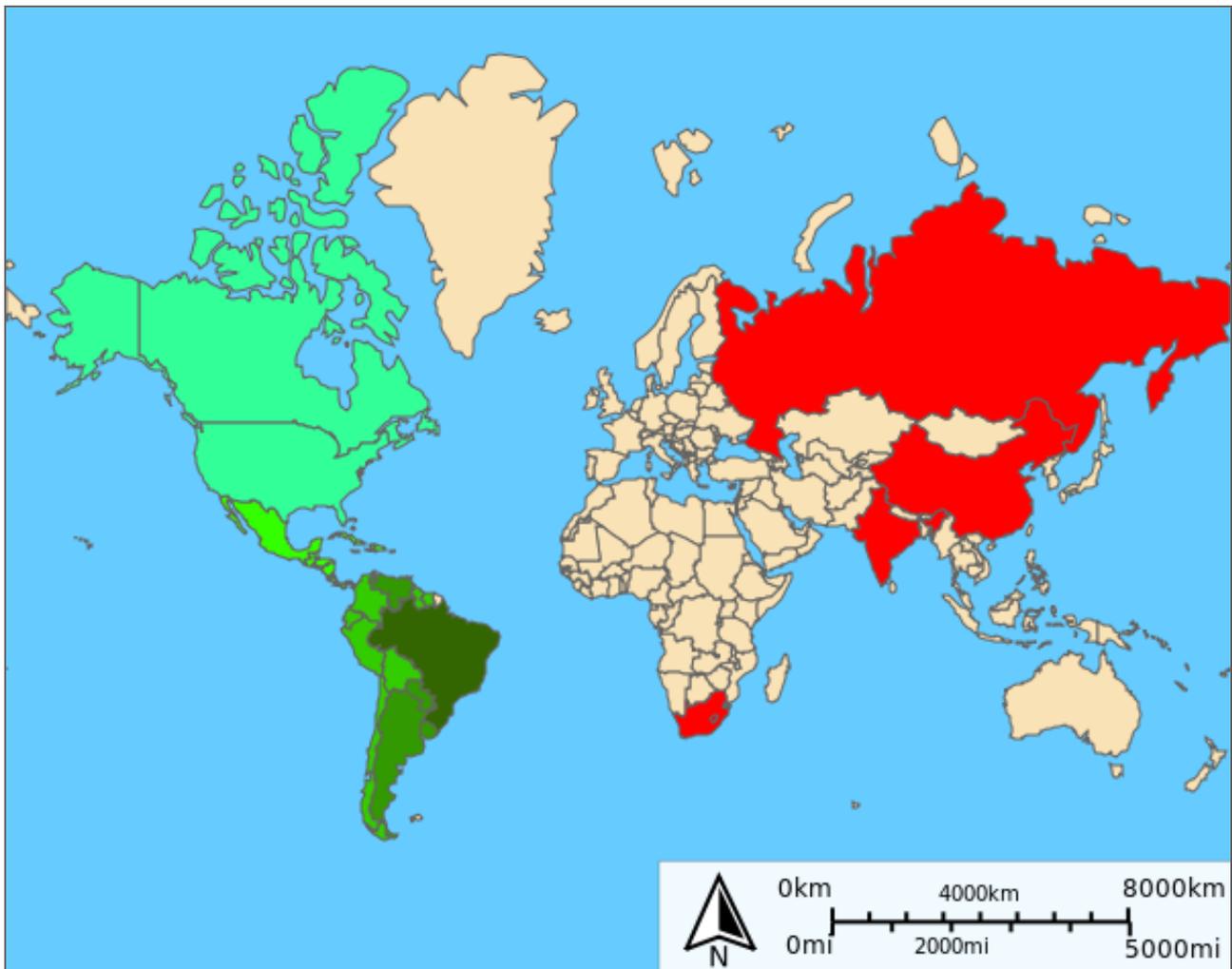
A interconectividade entre regiões é uma tendência decorrente de novas atividades sob a égide da modificação, uma nova configuração regional é sobreposta a preexistente, antigos processos

coexistem com os novos, mas as resistências continuam, estão em contradição (e conexão) com o novo e suas constantes transformações, em virtude da ação combinada de processos dinâmicos e de forças de inércia (SERPA, 2001, p. 78). Daí, o mesmo Serpa ressalta a importância da análise profunda e consistente da historicidade das regiões.

A discussão regional na geografia é antiga e Gomes (2011, p. 63), ao apresentar a região como uma hipótese do trabalho do geógrafo, lembra artigo de Grigg (1967), que, por sua vez, contém uma definição ainda atual de região, ao explicitar que “regionalizar passa a ser a tarefa de dividir o espaço segundo diferentes critérios que são devidamente explicitados e que variam segundo as intenções explicativas de cada trabalho” e vai mais longe ao complementar que “a variabilidade das divisões possíveis é quase infinita, pois são quase infinitas as possibilidades do critérios que trazem novas explicações, tudo depende da demonstração final a que se quer chegar”.

Um exemplo do conceito de região (e regionalização) nas Relações Internacionais

O artigo de Janira Onuki (2006) ilustra o conceito regional na política externa do governo brasileiro aos longo dos anos 90, que, mesmo com a falta de transparência em alguns processos de coesão e consenso entre os membros, se manteve no discurso diplomático a expansão do projeto de integração e ampliação sul-americana, tornando-se nos anos 2000 prioridade da agenda externa do governo Lula. Assim, o artigo divide a criação do bloco regional do Mercosul em três etapas principais e informa que “a política externa brasileira passou a privilegiar, simultaneamente, ações no plano regional” (ONUQUI, 2006, p. 306). No artigo da professora da UNESP, Onuki, região é tratada como parte, a partir da cooperação dos países membros, mas também é tratada como todo, a partir de um início de integração sul-americana (inclusive como contrariedade de “outro todo”, o projeto norteamericano da Alca). Com isso, nota-se que a espacialização da diplomacia brasileira é também regional, pois região é história, influência, parte territorial, e a influência regional é determinada pela história territorial, pois “os possíveis recortes regionais atuais são múltiplos e complexos, certamente há recobrimento entre eles, certamente eles são mutáveis [...] a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial [...] é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central [...] na afirmação de uma regionalidade [ou regionalização] há sempre uma proposição política, vista sob um ângulo territorial” (GOMES, 2011, p. 72, 73).



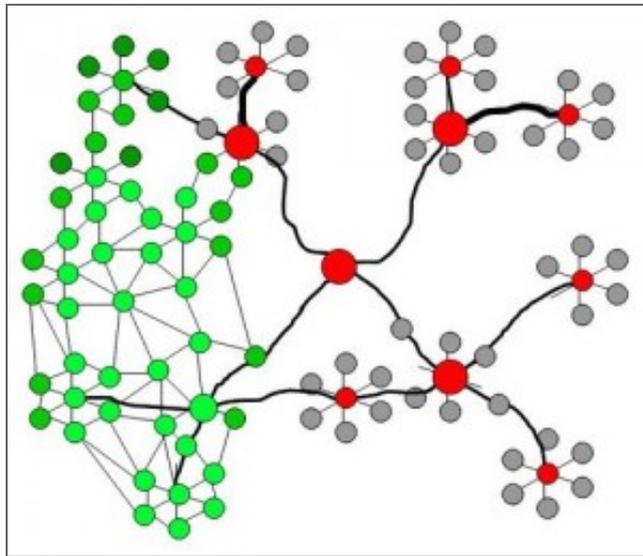
Organizações regionais internacionais a qual o Brasil faz parte, de verde: as organizações regionais (Mercosul, Unasul, Celac e OEA), de vermelho o BRICS (+ o Brasil).

Fonte: [Wikimedia Commons](#), um acervo de conteúdo livre da Wikimedia Foundation que pode ser utilizado por outros projetos.

Contudo, a região tanto pode estar contida dentro de um território como pode excedê-lo, exercendo influência mesmo em territórios distantes fisicamente. O tamanho da região depende da articulação multidirecionada, ou seja, a rede de influência exercida pelos territórios que a compõem.

Redes

A idéia de evolução/involução em séculos passados liga-se à historicidade da realidade sócio-espacial em eterno movimento e tem uma importância direta na discussão sobre redes, pois é através da rede que a região começa a se articular.



A rede sempre dá uma ideia de articulação. Seja ela material ou imaterial.

As redes “são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos” (SANTOS, 2006, p. 263) e se fazem necessárias para mapeamento e constituição do desenvolvimento de um lugar em sua totalidade regional, ou seja, os espaços em suas diferentes escalas e suas áreas de influência.

O movimento social e histórico é mais intenso no centro das áreas regionais, isto é, nas aglomerações urbanas, e estas são determinantes para ditar o ritmo, a variação e a direção dos fluxos da rede. A articulação regional dependerá diretamente da rede urbana que compõe esta região e dos fluxos de quantidade e qualidade do que entra e sai da sua atividade regional.

O geógrafo Paul Claval (2002, p. 18) completa, explicando que “o espaço está organizado porque está estruturado em redes de relações sociais e econômicas, em redes de vias de transporte e de comunicação, e em redes urbanas, que concretizam os efeitos da combinação dessas redes”.

Não há como delimitar pragmaticamente uma região. Seu conceito na geografia crítica do hoje está ligado à particularidade, isto é, uma mediação entre a escala global e sua especificação máxima (a escala local). Seu tamanho depende da articulação multidirecionada, ou seja, a rede de influência exercida pelos territórios que a compõem.

Território e Territorialidade (espacialidade)

Território, por sua vez, é frequente nas relações internacionais, pois território é poder, domínio, fronteira, expressão da ação social e estatal em determinado espaço, “no fundo antes relações

sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades)” (SOUZA, 2011, p. 87). O território sequer é físico ou tangível e “simultaneamente significa também a materialidade das formas espaciais dos processos sociais de dominação e controle; é fluxo, conexão e enraizamento” (SAQUET, 2003, p. 25). Souza (2011, p. 111) define território como “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países-membros da OTAN.”

Para toda ação do Estado ou de um grupo social há demonstrações de força, nesse caso força diplomática, ou seja, o exercício do poder enquanto comando e dominação weberiano, mescla-se com o poder consensual de Arendt, e para tanto, a territorialidade da política externa tocada pela diplomacia através das relações de poder, confunde-se em uma base conceitual bem perto do modo de pensar weberiano, onde o conceito de poder é tomado como sinônimo de dominação (comando e obediência), pois para Weber (1994, p. 33), “*poder* significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social...” e “*dominação* é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis [...] A situação de dominação está ligada à presença efetiva de *alguém* mandando eficazmente em *outros*” [grifos no original]. Essa astúcia do poder diplomático mescla-se com o pensamento de Hannah Arendt (1994), quando explica que o poder existe e é próprio das relações sociais e as relações de poder só se dão a partir da legitimidade das ações autorizadas em nome do consenso e nunca da submissão, portanto, para a autora, poder e violência, dominação, controle ou comando são conceitos inconciliáveis. Por fim, é importante ressaltar em um trabalho de relações internacionais e de política internacional, que enfoca tal processo dentro de uma escala temporal da diplomacia brasileira, a definição de que: “territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica” (SOUZA, 2011, p. 81). Haesbaert (2011, p. 138) nos ensina que “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos”.

Um exemplo do conceito de território aplicado às Relações Internacionais

A construção de um projeto político pelo caminho das relações internacionais requer integração para tal política internacional, mas termina incidindo em um projeto particular que vai se inserir em um campo de forças e obrigatoriamente de relações entre a diplomacia e um cálculo estratégico comum ao interesse nacional e sua segurança, a ponto do líder buscar a integridade territorial, com objetivo na segurança absoluta (uma espécie de reterritorialização explicada em Haesbaert, 2011, cap. 3), ou seja, àquele ponto de se sentir a salvo mediante qualquer ameaça à soberania territorial ou ameaça indesejada, pois esse é o interesse nacional, o que mais se

aproxima da maioria (DUROSELLE, 2000, parte II). As definições de segurança e soberania estão intrínsecas nas palavras do geógrafo Haesbaert (2011, p. 35, 40), quando explica o conceito de território e o demarca como “um espaço de referência para a construção de identidades”. Na política, esse espaço-referência torna-se um espaço delimitado e controlado por relações de poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. Um exemplo de integridade territorial seria a “paz armada” citada por Moniz Bandeira (2010, p. 54), quando descreveu as relações entre Brasil e Argentina no final do século XIX, caracterizando-se “cada vez mais por forte rivalidade, a gerar tensões e graves crises, que se entremeavam com esforços de entendimento e de cooperação para afastar a ameaça de um conflito armado”.

Paisagem

Paisagem é tudo que nós vemos, o que nossa visão alcança, o domínio do visível e se forma por cores, movimentos, odores, sons etc. Uma materialização de um instante da sociedade. “A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva – pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato [...] A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada [...] Nossa tarefa é de ultrapassar a paisagem como aspecto para chegar ao seu significado [...] A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais [não mudada pelo esforço humano] e artificiais [transformadas pelo homem]; é formada por frações de ambas (SANTOS, 2008, cap. 5).



O Panteão em Roma. Para muitos dos turistas apenas a paisagem de um monumento imponente e histórico, mas certamente para um historiador ou estudioso das artes, a percepção e análise será mais profunda e seletiva. Fonte: [Flickr Marcos Bau](#).

Lugar

Por fim, o geógrafo Yi Fu Tuan destaca ainda que o materialismo histórico entende o lugar como uma expressão geográfica da singularidade; e a corrente humanística percebe o lugar como uma porção do espaço em relação ao qual se desenvolvem afetos a partir da experiência individual ou grupos sociais. Portanto, o autor Tuan trata a relação entre espaço e tempo na construção do lugar. Para Yi Fu Tuan, o lugar é uma área que foi apropriada afetivamente, transformando um espaço indiferente em lugar, o que por sua vez implica na relação com o tempo de significação

deste espaço em lugar. “O lugar é um mundo de significado organizado.” (1983, p. 198).



Vista do Plano Piloto e de algumas das cidades Satélites que formam Brasília. Todo lugar possui a sensação identitária de pertencimento. Fonte: foto compartilhada na rede social Facebook.

Na vivência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. “A sensação de tempo afeta a sensação de lugar. Na medida em que o tempo de uma criança pequena não é igual ao de um adulto, tampouco é igual sua experiência de lugar.” (TUAN, 1983, p. 206) [...] O que começa como espaço indiferenciado, transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. “Lugar é uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais (...) Sentir um lugar é registrar pelos nossos músculos e ossos” (TUAN, 1983, p. 203). Só nos familiarizamos com um lugar após algum tempo. Lugar é por sua vez definido por e a partir de apropriações afetivas [e identitárias] que decorrem com os anos de vivência e as experiências atribuídas às relações humanas (NETO, 2010).

Algumas partes deste escrito foram adaptadas do projeto de tese para doutoramento intitulado *‘Relações Internacionais, Geografia Política e Geopolítica na Diplomacia Brasileira: aportes teóricos e conceituais de 1930 aos nossos dias’*.



Referências

ABREU, Maurício de Almeida. Cidades: espacialidades e temporalidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

ARENDT, Hannah. Sobre a violência. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BANDEIRA, Luis Alberio Moniz. O Brasil e a América do Sul. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. Relações internacionais do Brasil: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

BECKER, Bertha. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. São Paulo: Garamond, 2007.

_____. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de e outros (org.). Geografia: conceitos e temas. 14.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. História da política exterior do Brasil. 3.ed. Brasília: UnB, 2008.

CERVO, Amado Luiz. A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos objetivos e resultados (1990-2005). In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. Relações internacionais do Brasil: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

CASTRO, Iná Elia de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

_____. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de e outros (org.). Geografia: conceitos e temas. 14.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (orgs.). Elementos de epistemologia da geografia contemporânea. Curitiba: UFPR, 2002.

CORREA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de e outros (org.). Geografia: conceitos e temas. 14.ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. Região e Organização Espacial. 2.ed. São Paulo: Àtica, 1987.

_____. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia política e geopolítica. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. Todo império perecerá: teoria das relações internacionais. Brasília: UnB, 2000.

GOMES, Paulo César Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de e outros (org.). Geografia: conceitos e temas. 14.ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

_____. Regional-Global. dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

HIRST, Mônica. Os cinco “As” das relações Brasil-Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. Relações internacionais do Brasil: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

LACOSTE, Yves. A geografia – isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra. 14.ed. Campinas: Papyrus, 2008.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia. São Paulo: EDUSP, 2003.

MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul). 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. O Brasil e a América do Sul. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. Relações internacionais do Brasil: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

MOURÃO, Fernando Augusto A.; CARDOSO, Fernando Jorge; OLIVEIRA, Henrique Altemani. As relações Brasil-África: de 1990 a 2005. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA,

Antônio Carlos. Relações internacionais do Brasil: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

NETO, Juvenal Martins. Conceitos: espaço, lugar e território. Web Artigos, 2010.

In: <http://www.webartigos.com/artigos/conceitos-espaco-lugar-e-territorio/34813/> Acesso em 21 set. 2012.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. O Brasil e a Ásia. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. Relações internacionais do Brasil: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

ONUJI, Janira. O Brasil e a construção do Mercosul. In: ALTEMANI, Henrique; LESSA, Antônio Carlos. Relações internacionais do Brasil: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

SAQUET, Marcos Aurelio. Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. A natureza do espaço. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. Metamorfoses do espaço habitado. 6.ed. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. Espaço e método. São Paulo: Difel, 1985.

SERPA, Angelo. E qual o lugar da Geografia Regional no contexto atual da Geografia? In: Cadernos de Geociências. n. 6. Salvador: UFBA, 2001.

_____. O espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Geografia: conceitos e temas. 14.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento (1958-1986). Curitiba: Juruá, 2009.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. 3.ed. Brasília: UNB, 1994.

Compartilhe isso:



Curtir isso:



Be the first to like this.

3 THOUGHTS ON “CONCEITOS-CHAVE E CATEGORIAS NA GEOGRAFIA E SUA INTERDISCIPLINARIDADE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS”



Ana 26 de setembro de 2012 as 20:46

Mto obrigada pelo material!

Responder



Juvenal Martins Neto 2 de outubro de 2012 as 10:09

Olá professor é com muito orgulho que lhe escrevo para agradecer a utilização de um dos meus trabalhos em seu artigo.

Vindo de um geografo acredito ser muito importante, pois minha graduação é em história e devido aos “enlaces” existentes em nossas disciplinas um dia me peguei escrevendo a respeito de conceitos que para nós historiadores soam diferentes.

Muito obrigado.

Ps. Produzi o trabalho em 2010.

Prof. Esp. História. Juvenal Martins Neto

Responder



marcosbau 2 de outubro de 2012 as 14:16

Olá Juvenal!

Eu é que agradeço pelas palavras e seu texto disserta bem sobre alguns dos conceitos usados corriqueiramente na geografia.

Responder

DEIXE UMA RESPOSTA

Escreva o seu comentário aqui...

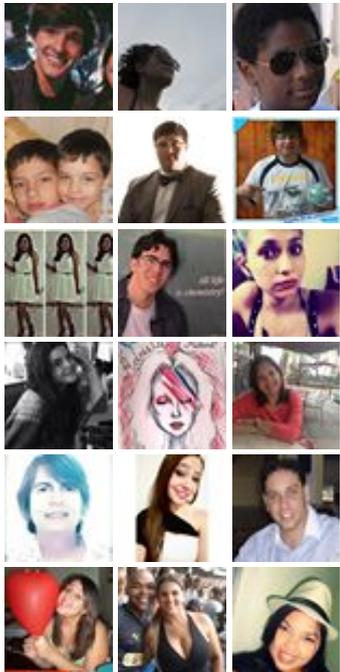
Pesquisar ...





GeoBau
Curtir

1.908 pessoas curtiram GeoBau.



Plug-in social do Facebook



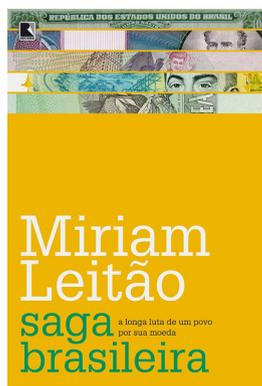


**SEJA
OUSADO,
NÃO
DESCUIDADO.**
Receba 30% de
desconto no NOVO
Norton™ Security.

COMPRE JÁ



SÍNTESE DO LIVRO







u